

A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO PROJETO DE EXTENSÃO SUBSÍDIOS ACADÊMICOS PARA A REDE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

*THE INTERNSHIP EXPERIENCE IN THE EXTENSION PROJECT SUBSÍDIOS
ACADÊMICOS PARA A REDE DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA*

*LA EXPERIENCIA DE PASANTÍAS EN EL PROYECTO DE EXTENSIÓN APORTES
ACADÉMICOS PARA RED DE ATENCIÓN A LA POBLACIÓN SIN-TECHO*

Elaine Patricia de Oliveira¹
Neiva Silvana Hack²

Resumo

O presente artigo resulta de vivência em estágio, como parte de trabalho de conclusão do curso de serviço social, no projeto de extensão sobre população em situação de rua, da UNINTER. Reconhecendo a importância deste projeto na graduação, indaga-se: quais as contribuições do estágio à formação acadêmica? Para responder ao questionamento, esta pesquisa abordou o projeto de extensão da UNINTER com a população em situação de rua e seus benefícios à educação dos estagiários, por meio de estudo documental e bibliográfico. As análises permitiram compreender que a extensão implica maior aproximação com os aspectos da práxis, através das dimensões teórico- metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Palavras-chave: projeto de extensão; população em situação de rua; campo de estágio.

Abstract

The present article results from the internship experience, as part of the final work of the social service course, in the UNINTER's extension project about homeless people. Recognizing the importance of this project in graduation, the question is: what are the contributions of the internship to academic training? To answer the question, this research addressed the UNINTER extension project with the homeless population and its benefits to the intern's education, through a documentary and bibliographic study. The analysis allowed us to understand that the extension implies a greater approach to the aspects of praxis, through the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions.

Keywords: extension project; homeless population; internship field.

Resumen

El presente artículo resulta de experiencia en pasantías, como parte del trabajo de conclusión de curso en Trabajo Social, en el proyecto de extensión sobre población sin-techo, de la UNINTER. Conociendo la importancia de ese proyecto en el pregrado, surge la pregunta: ¿cuáles son los aportes de las pasantías a la formación académica? Para contestarla, esta investigación analizó el proyecto de extensión de la UNINTER junto a la población sin-techo y sus aportes a la formación de los pasantes, por medio de estudio documental y bibliográfico. Los análisis permitieron comprender que la extensión implica acercamiento a aspectos de la praxis, por medio de las dimensiones teórico-metodológica, ético-política y técnico-operativa de la profesión.

Palabras-clave: proyecto de extensión; población sin-techo; área de pasantías.

¹ Aluna do curso de Serviço Social Uninter. E-mail: helainepaty@gmail.com.

² Professora do curso de Serviço Social Uninter. E-mail: neiva.h@uninter.com.

1 Introdução

O presente texto expressa resultados parciais da pesquisa realizada para o trabalho de conclusão do curso de serviço social. Compreende a sistematização e a análise da experiência vivida no projeto de extensão acadêmica *Subsídios para qualificação da rede de atendimento à População em Situação de Rua*, da Uninter, como campo de estágio.

Considerando a vivência como estagiária nesse espaço socio-ocupacional, surgiu a motivação para o presente trabalho, cujo objeto de pesquisa é a experiência de estágio no projeto de extensão. Escolheu-se o tema para evidenciar o *Projeto de extensão sobre população em situação de rua* — como será citado no decorrer do trabalho — demonstrar ações de iniciação científica e produções acadêmicas desenvolvidas neste espaço, significativas não apenas para o processo de formação dos estagiários, como também à comunidade acadêmica, às redes de atendimento à população em situação de rua, bem como para a própria população em situação de rua.

Isto posto, parte-se do seguinte problema de pesquisa: quais as contribuições do estágio no *Projeto de extensão sobre população em situação de rua* à formação acadêmica? Para responder ao questionamento, o objetivo geral é compreender os benefícios formativos para os estagiários, bem como identificar ações desenvolvidas pela equipe do projeto de extensão sobre a população em situação de rua e relatar experiências vivenciadas no campo de estágio.

Durante o período de estágio obrigatório supervisionado, entre junho de 2018 e junho de 2020, a vivência no estágio em uma instituição de ensino superior possibilitou a compreensão, na prática, da distinção da atuação do supervisor assistente social na docência e na coordenação de um projeto de extensão. Trata-se do fazer profissional vinculado à docência, à pesquisa e à gestão de projetos, conforme as atribuições e competências previstas na Lei n.º 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistente social.

O aluno, ao estagiar em uma instituição de ensino superior, especificamente em projetos de extensão universitária em que seus supervisores de campo são docentes, não pode negar ser espaço privilegiado para sua formação acadêmica.

Para atingir os objetivos propostos, recorreu-se à metodologia do estudo documental e bibliográfico. Na explicação de Fonseca (2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37), “A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais [...]”. Sobre a pesquisa bibliográfica: “[...] é feita a partir do levantamento de referências teóricas já

analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites”. (FONSECA, 2002, p. 32 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

A análise dos resultados considerou as experiências vividas no campo de estágio, orientadas por fundamentos teóricos pertinentes à temática.

2 Desenvolvimento

2.1 A experiência de estágio no campo da extensão

O estudo compreendeu a sistematização de experiências das ações realizadas no projeto de extensão e da produção de conhecimento resultante da integração das estagiárias ao programa de iniciação científica, por recomendação da supervisora de campo. A análise documental compreendeu também a legislação que orienta as práticas neste espaço socio-ocupacional, tais como: Lei n.º 9.394 Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (1996); Lei n.º 11.788/2008 Dispõe sobre o estágio de estudantes; Lei do Estágio — Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996); Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010); Lei n.º 8662/93 de Regulamentação da Profissão do Assistente Social; Código de Ética do/a Assistente Social (1993); Resolução CFESS n.º 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social; Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

A extensão universitária pode ser entendida da seguinte maneira:

[...] Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, educativo, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 15 apud SANTOS *et al.*, 2019, p. 157).

O Centro Universitário Internacional (Uninter), visando contribuir academicamente com o enfrentamento das demandas relacionadas à população em situação de rua, desenvolveu o projeto de extensão acadêmica *Subsídios acadêmicos para a qualificação da rede de atendimento à população em situação de rua*³, coordenado pelos professores do curso de serviço social.

A estratégia proposta por este projeto de extensão para contribuir com o enfrentamento de tal situação foi desenvolver iniciativas e produtos que qualifiquem a rede de atendimento

³“Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009, art. 1º).

às pessoas que se encontram em situação de rua, tais como a produção de materiais educativos, promoção de eventos formativos e de debate, realização de campanhas, colaboração com iniciativas da sociedade civil, entre outros. Por um lado, promovem-se ações que beneficiam a comunidade; por outro, proporcionam-se experiências de interação teoria-prática aos alunos, o que é fundamental para o processo de formação.

Neste espaço são desenvolvidas ações para alcance de objetivos de extensão, pesquisa e ensino, coordenadas pelo curso de Serviço Social, com a participação de outros cursos, estímulo à participação de alunos, professores e funcionários dos diferentes setores, potencializando as experiências interdisciplinares e interprofissionais.

No estágio nesse espaço socio-ocupacional, desenvolvem-se diversas atividades conforme propostas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social e do regulamento de estágio supervisionado em Serviço Social da Uninter. No decorrer do período de estágio obrigatório, algumas etapas foram propostas, como: aproximações à realidade do campo de estágio; elaboração do pré-projeto de intervenção na instituição concedente do estágio; execução do projeto de intervenção; avaliação do projeto e relatório final.

Cada etapa teve sua particularidade e importância, a exemplo da construção do projeto de intervenção no campo de estágio, extremamente significativa para materializar a instrumentalidade em relação às dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política (GUERRA, 2000).

Com intuito de sistematizar as atividades realizadas entre 2018 e 2019, elaborou-se um quadro síntese de algumas das principais ações do projeto no período (Quadro 1). As ações descritas no Quadro 1 demonstram a articulação entre ensino, pesquisa e extensão através da aproximação das estagiárias com a sociedade em palestras, eventos, cursos e oficinas. Tais ações foram planejadas, organizadas e executadas de forma conjunta entre as estagiárias e os professores colaboradores do projeto de extensão.

Quadro 1: Exemplos⁴ de ações e resultados de estágio supervisionado na extensão (2018-2019).

Ação	Descritivo Resumido
Palestras	<p>- Palestra no polo de São José dos Pinhais, em outubro de 2018: “Projeto de extensão sobre população em situação de rua”. 13 participantes.</p> <p>- Palestra em Colégio público do município de Pinhais, em abril de 2019: “População em situação de rua”. 26 participantes.</p> <p>As primeiras duas palestras resultaram de projetos de intervenção desenvolvidos por estagiárias da extensão.</p> <p>- Palestra de nivelamento em maio de 2018: “População em situação de Rua”. 33 participantes.</p>
Seminários	<p>O I Seminário População em Situação de Rua ocorreu em junho de 2018, com 106 participantes presenciais, entre membros internos (86) e externos (20) da Uninter, além daqueles que acompanharam a atividade a partir da transmissão e inscrição em sala virtual, que teve 268 alunos.</p> <p>O II Seminário foi realizado em julho de 2019, com 92 participantes presenciais, entre membros internos (40) e externos (52) da Uninter, além daqueles que acompanharam a atividade a partir da transmissão e inscrição em sala virtual, que teve 359 alunos.</p>
Campanha	<p>A partir de ideia originada nos encontros de estágio no projeto de extensão e de pesquisa dos alunos de iniciação científica, propôs-se a campanha “Quem se importa?”, com o objetivo de promover a sensibilização da temática a partir da socialização de informações obtidas nas pesquisas.</p> <p>Com relação ao interesse pela temática, destacou-se o recebimento de e-mails de mais de 900 pessoas, que solicitaram informações e demonstraram interesse em contribuir.</p>
Rodas de conversa	<p>- Roda de conversa, com dois palestrantes convidados, sobre “saúde mental dos trabalhadores que atuam com população em situação de rua”. 21 participantes.</p> <p>- Roda de conversa sobre “a violência contra a população em situação de rua”, com falas de três convidados. 10 participantes presenciais.</p> <p>- Roda de conversa sobre “trabalho, emprego e população em situação de rua”, com as falas de dois convidados. 13 participantes presenciais.</p> <p>- Roda de conversa sobre “a mulher em situação de rua”, com as falas das professoras vinculadas ao projeto. 12 participantes presenciais.</p>
Oficinas	<p>- Alunos da modalidade EaD foram convidados a participar de oficinas orientadas de pesquisa.</p> <p>Em parceria com um aluno do Mestrado em Educação, o projeto realizou duas turmas presenciais, replicadas para três turmas EaD da atividade denominada “Oficina de Cartografia Social”. Tratou-se de capacitação com elementos teóricos e práticos acerca do mapeamento de espaços, territórios e populações.</p>

Fonte: a autora, 2020. Adaptado de “Relatório bianual do Projeto Extensão sobre população em situação de rua. 2018-2019” (UNINTER, 2020).

Desta forma, compreende-se que tais ações desenvolvidas no projeto de extensão “pop rua” foram fundamentais para a formação acadêmica. Neste espaço, materializam-se

⁴ Utilizou-se a palavra *exemplos*, pois, não está retratada a totalidade das ações do projeto no Quadro 1, em comparação com o documento oficial.

competências e atribuições do serviço social, ressaltando a importância do estágio supervisionado para o fortalecimento e crescimento da profissão. Isto possibilita aos profissionais, aos graduandos e aos estagiários desenvolver pesquisas e intervenções planejadas.

Diante de tantos elementos, percebe-se que o serviço social tem diferencial e potencial para ser uma profissão interventiva, propositiva em suas ações, além de contribuir com referenciais teóricos e metodológicos para analisar a realidade a partir da historicidade, da cultura, das relações sociais, econômicas, de modo que sejam subsídio para outras áreas que atendam a população em situação de rua.

Outras experiências de contato com a comunidade foram oportunizadas a partir de ações integradas com organizações da sociedade civil; aproximações da rede local (Curitiba e Região Metropolitana) de atendimento à população em situação de rua, participação e colaboração nas reuniões mensais do CIAMP Estadual (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a população em situação de rua).

De maneira complementar às ações acima descritas, a equipe do projeto de extensão também desenvolveu trabalhos de iniciação científica para o ENFOC — Encontro de Iniciação Científica e Fórum Científico de 2018 (nove trabalhos, sete destes artigos completos e dois resumos expandidos) e 2019 (sete trabalhos). Em todas as produções, o tema esteve relacionado à população em situação de rua em diversas perspectivas, de forma que todas as ações e produções desenvolvidas neste espaço socio-ocupacional constituem intencionalidade.

2.2 O caso da campanha “quem se importa”, o protagonismo das estagiárias e a importância de socializar os produtos de pesquisas acadêmicas

Uma ação bastante expressiva foi a campanha de sensibilização e orientação sobre a realidade das pessoas em situação de rua e as formas de contribuir com suas demandas. A campanha “Quem se importa?” teve ampla participação das estagiárias deste projeto em todas as suas etapas.

O nome da campanha se definiu a partir de discussão entre o grupo de estagiárias e a supervisora de campo, quando se concluiu que, apesar das muitas notícias e mobilizações conhecidas sobre a população em situação de rua, o poder público e a sociedade pouco fazem a respeito. A campanha se direcionou ao público interno da Uninter (alunos e colaboradores), alcançando a todos por meio de mídias diretas no ambiente virtual de aprendizagem, bem como da distribuição de cartazes físicos e digitais. As estagiárias participaram da escolha de cada tema, foto e das informações, e isto resultou nas pesquisas relacionadas ao projeto. Os

principais materiais da campanha podem ser visualizados na Figura 1.

Figura 1: Cartazes da campanha “quem se importa?”



Fonte: Grafita, 2019.

O tema do primeiro cartaz (“Pessoas em situação de rua, por vezes, dormem durante o dia. Fazem isso para estar alertas e evitar a violência contra elas durante a noite”) foi motivado pelo levantamento de uma pesquisa exploratória, com matérias presentes nos jornais on-line, de amplo acesso via internet. Delimitaram-se os anos de 2015 a 2018, a cidade de Curitiba, e 35 reportagens para análise em 2018. Conforme anteriormente mencionado, identificou-se que o senso comum acredita que as pessoas em situação de rua dormem durante dia por cometerem crimes durante a noite, por não trabalharem, etc. Nas análises das reportagens (LEITE *et al.*, 2019), na Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua (BRASIL, 2009b), no resumo expandido intitulado *Segurança pública e população em situação de rua de Curitiba: entre o preconceito e o direito* (SANTOS *et al.*, 2019), entre outros, evidenciou-se ser comum o acionamento da Polícia Militar por incômodo relacionado à presença da população em situação de rua, embora sem evidência de infração à lei:

Não há ocorrências por parte da população em situação de rua, tampouco de eles terem cometido crimes. O que tem gerado ocorrência são por estarem na frente dos estabelecimentos, por realizarem suas necessidades fisiológicas em espaços públicos. (UNINTER, 2019, p. 01).

O estudo apontou que a procura da população em situação de rua pela Polícia Civil ocorre, majoritariamente, para solicitação de documentação e boletins de ocorrência pela

perda de documentos.

Na análise das notícias, predominou o fator de insegurança apontado por comerciantes e população em geral. Inexistem políticas de segurança pública para proteção da população em situação de rua. A polícia costuma atuar após as ocorrências violentas, que vitimam sujeitos em situação de rua.

As reportagens evidenciaram duas situações conflitantes: uma concepção que institui uma relação direta entre população em situação de rua e criminalidade, enfatizando a “sensação de insegurança” que este público representa; e, por outro ângulo, um cenário onde a pessoa que está na rua é, em geral, a vítima da violência e não o agressor; ou ainda, que os relatos de práticas violentas de pessoas nesta situação se dão contra outras que vivenciam e disputam a mesma realidade. (LEITE *et al.*, 2019, p. 2).

Desta forma, ressalta-se a importância da pesquisa para compreensão da realidade. Além disso, o cartaz é produto de um estudo também sobre a falta de segurança pública que afeta a população em situação de rua e a faz optar por dormir durante o dia, e não a noite.

O despertar para o desenvolvimento do segundo cartaz (“Muitos empregos exigem comprovantes de endereço, com isso, pessoas em situação de rua perdem oportunidades”) traz para reflexão uma realidade da relação *empregador x empregado*. Os centros de atendimento à população em situação de rua também cadastram seus usuários para empregos, assim como para serviços de saúde e outros que exigem endereço fixo.

O estágio proporcionou a oportunidade de conhecer profissionais atuantes em espaços de atendimento a essa população, que relata grande dificuldade para conseguir emprego formal pela falta de comprovante de residência. Portanto, compreende-se porque a maior parte das atividades de trabalho está na economia informal; no documento *Rua: Aprendendo a contar — pesquisa nacional sobre a população em situação de rua* (BRASIL, 2009b), 1,9% dos entrevistados informaram trabalhar de carteira assinada, e 47,7% nunca teve carteira assinada.

As análises das notícias on-line (2018) sobre a população em situação de rua revelaram que o senso comum presume que as pessoas em situação de rua vivem de esmolas. Entretanto, a pesquisa nacional sobre a população em situação mostra que 70,9% exercem atividade remunerada; 58,6% afirmam trabalhar como catador de materiais recicláveis, “flanelinhas”, na construção civil, com limpeza, ou como carregadores; apenas 15,7% pedem dinheiro (BRASIL, 2009b).

Isto posto, a sensibilização para os dizeres do cartaz traz consigo a reflexão sobre a necessidade de buscar estratégias e políticas públicas que abranjam também aqueles que

fazem das ruas sua vivência.

No terceiro cartaz (“Muitas mulheres em situação de rua se cobrem de urina ou fezes. Elas fazem isso para evitar ataques sexuais”), escolheu-se tema dedicado às mulheres, que têm muitos direitos violados nas ruas, como através da violência sexual. A pergunta “Quem se importa?”, neste caso, remete à reflexão acerca dos direitos da mulher, a exemplo de Leis como Maria da Penha, Lei n.º 11.340/2006, que

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. (BRASIL, 2006, [n.p.].

Existe a fragilidade relativa à compreensão da rua como espaço de vivência, razão pelo qual mulheres nesta situação não conseguem recorrer à proteção concedida pela Lei Maria da Penha, por não haver clareza acerca do que configura violência doméstica.

Outros questionamentos indicam a precarização de políticas públicas para mulher em situação de rua, como apresentados no artigo *A mulher em situação de rua e as políticas públicas* (GOMES; HACK; SOUZA, 2019), e no resumo expandido *Cidadania feminina: a invisibilidade das mulheres em situação de rua* (RICHTER *et al.*, 2019), que abordam a temática mais abrangentemente, como pesquisas de aproximação científicas desenvolvidas no projeto de extensão.

A campanha de sensibilização também se preocupou em proporcionar informações sobre os serviços de atendimento à população em situação de rua, bem como à sociedade em geral, de maneira que contribua responsabilmente através dos direitos comuns. A motivação para o desenvolvimento do quarto e último cartaz foram perguntas recorrentes sobre as medidas que devem ser adotadas quando se identifica uma pessoa em situação de rua. Este foi um dos trabalhos desenvolvidos pelo projeto de extensão, respaldados por materiais como *Rua: Aprendendo a contar — pesquisa nacional sobre a população em situação de rua* (BRASIL, 2009b); *Estimativa da população em situação de rua no Brasil* (IPEA, 2016); o *Decreto n.º 7.053*, de 23 de dezembro de 2009, que institui a *Política Nacional para a População em Situação de Rua* e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009a). Estas e outras fontes trouxeram uma realidade diferente do imaginário do senso comum.

Tal pesquisa deixou evidente que, em sua maioria, os textos propagados nos meios de comunicação não contemplaram informações básicas acerca dos direitos de cidadania da

população em situação de rua, cooperando para a reprodução da desinformação. Deve-se refletir sobre a responsabilidade e a importância das mídias de massa para efetivação das políticas públicas, além da intervenção do serviço social como produtor de conhecimento subsidiário das redes de atendimento à população em situação de rua.

Projetos de extensão estão configurados na Política da Educação, englobam diversas regulamentações de suma importância à compreensão da extensão como campo de estágio em serviço social, conquistadas ao longo dos anos. As atribuições privativas e as competências do serviço social se verificam em todo o trabalho, conforme “Art. 5º atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social.” (BRASIL, 1993, [n.p.]). Portanto, o estágio no projeto abordado neste estudo permitiu identificar e compreender o serviço social na extensão, experiência que certamente contribuirá para o fazer profissional.

3 Considerações finais

Este artigo foi desenvolvido a partir da experiência de estágio no espaço socio-ocupacional de um projeto de extensão em uma instituição de ensino superior privada. Ao longo deste trabalho foi possível considerar a extensão acadêmica espaço privilegiado, pois, nele, vivencia-se o ensino e a aprendizagem constantemente, de modo que se compreende não haver dissociação entre o teórico e o prático; ao contrário, reforça-se que um não ocorre sem o outro.

Diante de tantos elementos, compreende-se também o diferencial e o potencial do serviço social como profissão interventiva, propositiva em suas ações. Estagiar na extensão revela a importância das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, materializadas na pesquisa. Por exemplo, é preciso refletir, planejar, projetar, analisar os acontecimentos, os cenários, os atores envolvidos, bem como as relações de força, e buscar fundamentos à produção de conhecimento. Com isto, pretende-se alcançar uma visão crítica para responder às expressões da questão social.

Tal reflexão oferece ao profissional respaldo para intervenção em determinada realidade, o que intensifica a práxis (teoria + prática + transformação da realidade). Com isso, espera-se que o desempenho profissional contribua responsavelmente para o aprendizado constante, bem como com a produção de pesquisas subsidiárias de outras áreas e das políticas públicas, para o fortalecimento do serviço social, sempre orientado pelo Código de Ética e pela lei regulamentadora da profissão, isto é, conforme os princípios fundamentais para

consolidação do projeto ético-político da profissão.

Espera-se que os campos de estágio, como o da extensão acadêmica, sejam valorizados pelas universidades públicas e privadas, e que a categoria faça jus, em especial, à atribuição de supervisionar estagiários, proporcionando um despertar pela pesquisa e para o respeito à ética do ofício.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, nov. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

BRASIL. Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 16, 24 dez. 2009a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7053-23-dezembro-2009-599156-norma-pe.html>. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 7613, 07 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1.º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6.º da Medida

A experiência de estágio no projeto de extensão subsídios acadêmicos para a rede de atendimento à população em situação de rua

Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 25 set. 2008a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11788&ano=2008&ato=40dk3YE5UNRpWTbb3>. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **RUA**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Pró-reitoria de extensão e cultura. Manaus: FORPROEX, mai. 2012. Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. **Resolução CFESS n.º 533**, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a SUPERVISÃO DIRETA DE ESTÁGIO no Serviço Social. 29 set. 2008b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. **Diário Oficial da União**: seção 1, ed. 243, Brasília, DF, p. 49, 18 dez. 2018. Disponível em: http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2018/rces007_18%20-%20MEC%20CNE.pdf. Acesso em: 1º out. 2021.

BRASIL. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 1990.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Política Nacional de estágio da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social**. [s.l.]: ABEPSS, 2010. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/pneabepss_mai2010_corrigida.pdf. Acesso em: 1º out. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil — UAB/UFRGS; Curso de Graduação Tecnológica — Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS (coords.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Rosilaine dos Santos; HACK, Neiva Silvana; SOUZA, Marcia Romovicz da Silva. A mulher em situação de rua e as políticas públicas. *In*: XIV ENFOC: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; XIII Fórum Científico; V SEMINÁRIO PIBID: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 14., 13., 5., 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNINTER, 2019.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2000. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>. Acesso em: 1º out. 2021.

LEITE, Karine da Costa *et al.* Reportagens sobre população em situação de rua em Curitiba: o que a sociedade vê. *In*: XIV ENFOC: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; XIII FÓRUM CIENTÍFICO; V SEMINÁRIO PIBID: PROGRAMA INSTITUCIONAL DE

BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 14., 13., 5., 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNINTER, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/uninterenfoc2018/134844-reportagens-sobre-populacao-em-situacao-de-rua-em-curitiba--o-que-a-sociedade-ve/>. Acesso em: 1º out. 2021.

RICHTER, Mariana Patrício *et al.* Cidadania Feminina: A Invisibilidade das Mulheres em Situação de Rua. *In: XV ENFOC — ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; XIV FÓRUM CIENTÍFICO, VI SEMINÁRIO PIBID — PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA; I SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA*, 15., 6., 1., 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNINTER, 2019.

SANTOS, Amanda Ribeiro dos *et al.* Segurança pública e população em situação de rua de Curitiba: entre o preconceito e o direito. *In: XV ENFOC — ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA; XIV FÓRUM CIENTÍFICO, VI SEMINÁRIO PIBID — PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA; I SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA*, 15., 14., 1., 2019, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNINTER, 2019.

UNINTER. **Projeto de extensão sobre população em situação de rua.** Relatório bianual 2018-2019. Curitiba: Uninter, 2020.

UNINTER. **Projeto de extensão sobre população em situação de rua.** Relatório de participação em reunião externa — CONSEG. Curitiba: Uninter, 30 jul. 2019.

UNINTER. **Projeto técnico:** Projeto de Extensão Acadêmica Uninter Subsídios para qualificação da rede que dá atendimento à População de Rua, 2018.